

Lula quer registro de FH cassado

FABIANO LANA

BRASÍLIA – A coligação União do Povo Muda Brasil, que apóia Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, entrou ontem com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a cassação do registro da candidatura à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A alegação é que o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornélas, utilizou recursos do governo com intenção de fazer propaganda para Fernando Henrique. A partir de maio, o Ministério da Previdência enviou, a 15 milhões de aposentados do país, cartas que defendem a reforma da Previdência e criticam a oposição por tentar obstruí-la. A decisão do TSE deve ser tomada até a próxima quinta-feira.

A representação ao TSE ainda pediu a perda da função pública do presidente Fernando Henrique Cardoso, a suspensão de seus direitos políticos por três a cinco anos, e o pagamento de uma multa de até 100 salários do presidente, hoje de R\$ 8.500, o que corresponderia a R\$ 850 mil. "O presidente interferiu no equilíbrio do processo eleitoral, visando beneficiar sua candidatura à reeleição valendo-se das prerrogativas do cargo e do uso da máquina", afirma a representação. A coligação de Lula também exigiu o ressarcimento ao erário de todos os custos de reprodução e postagem das cartas.

Falta de provas – O representante da coligação União do Povo Muda Brasil no TSE, José Antônio Dias Toffoli, admite que ainda não tem provas para incriminar o presidente. "Aí é toda uma questão de saber se Fernando Henrique teve ou não ciência das cartas. O problema é que no TSE você não tem oportunidade de apresentar as provas porque não há instrução", disse Toffoli.

Para pedir as punições contra Fernando Henrique Cardoso, a coligação União do Povo Muda Brasil se baseou na lei eleitoral, que

proíbe aos funcionários públicos fazer propaganda de serviços do governo nos três meses que precedem o pleito. A lei da improbidade administrativa também foi utilizada para justificar o pedido de multa contra o presidente.

Ontem, o vice-procurador geral eleitoral, Paulo da Rocha Campos, acolheu parcialmente uma representação da coligação União do Povo Muda Brasil, que pediu a retirada de todos os cartazes e placas divulgando o programa Brasil em Ação, o conjunto de obras de infra-estrutura tocadas pelo governo federal.

O procurador concluiu que os cartazes não constituíam propaganda eleitoral, mas sugeriu a retirada da frase "Um dos 42 projetos do Brasil em Ação" dos outdoors. "A referência deixa entrever um caráter propagandístico, na medida em que pretende que fique evidenciado elevado número de realizações do governo, capitaneado pelo candidato à reeleição", escreveu o sub-procurador.

Fins eleitorais – Os representantes da coligação União do Povo Muda Brasil anexaram à representação ao TSE os envelopes da carta do ministro Waldeck Ornélas postadas em junho e julho, quando a propaganda eleitoral já havia começado.

"A publicidade utilizada por meio dessas correspondências é uma demonstração inequívoca de uso de verba pública, que não tem caráter educativo, informativo nem tampouco de orientação social, mas, ao contrário, apresenta fins eleitorais definitivamente vedados", diz a representação.

A carta do Ministério da Previdência, escrita "em nome do governo", afirma que a Reforma da Previdência garante os direitos de todos os aposentados e pensionistas: "Seguindo as diretrizes do governo do presidente Fernando Henrique, a Reforma da Previdência tem um profundo conteúdo de Justiça Social, buscando acabar com os privilégios, decorrentes de leis feitas no passado".